



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

**31 de março
de 2017**

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	31 / 03 / 2017	Página 3
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

MP lança em Arari projeto de incentivo à leitura em escolas

É a primeira edição do projeto “Ler, escrever e pensar – conscientizar para transformar” no município, que será beneficiado também com ações de programa de combate às drogas

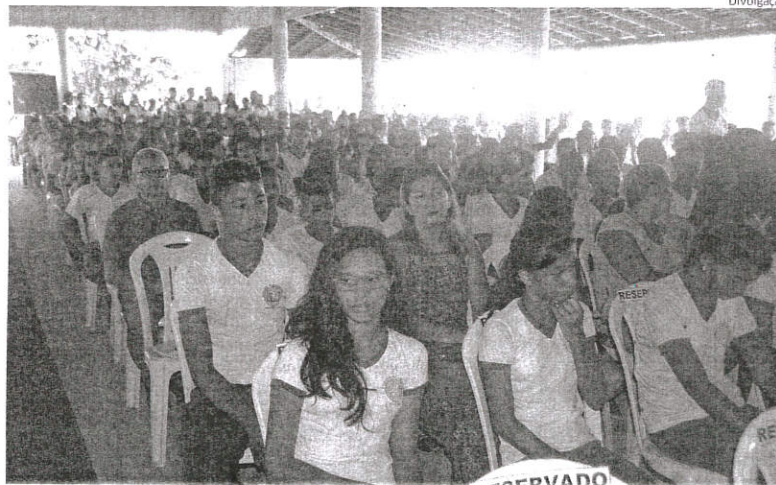
ARARI

Com o Clube Arariense completamente lotado, o Ministério Público do Maranhão lançou no município de Arari, na terça-feira, 28, o projeto “Ler, escrever e pensar – conscientizar para transformar”, que tem o objetivo de despertar a consciência crítica de alunos das redes municipal e estadual de ensino por meio da leitura, tendo como foco o combate à corrupção. Esta é a primeira edição do programa em Arari. O programa foi idealizado pela promotora de Justiça Maria José Lopes Corrêa, da Comarca de João Lisboa.

Participaram do evento autoridades do Ministério Público do Maranhão (incluindo diversos membros que integram a administração superior), do Poder Judiciário, do Executivo municipal e representantes da sociedade civil. Na plateia, estiveram presentes estudantes, professores, gestores e servidores.

Em Arari, o projeto será desenvolvido até novembro e envolverá 22 escolas do 9º ano do ensino fundamental e seis do ensino médio, totalizando 2.159 estudantes.

O projeto “Ler, escrever e pensar” consiste na leitura do livro “O que faz do Brasil, Brasil”, de Roberto DaMatta, e em um concurso de redação, cuja elaboração deve ser inspirada na obra. Palestras e debates sobre os males e o combate à corrupção serão apresentados no decorrer do projeto. No final, os três melhores textos serão premiados, com um smartphone (3º lugar), um tablet (2º lugar) e um notebook (1º lugar).



Público, formado principalmente por estudantes, durante o lançamento do programa do MP em Arari

Prevenção

Durante o lançamento, a promotora de Justiça Lícia Ramos Cavalcante Muniz, da Comarca de Arari, enfatizou que os objetivos do projeto são prevenir atos de corrupção, instigar a leitura, estimular a produção textual e despertar a consciência crítica. “No Ministério Público, atuamos como defensores da sociedade. Nosso trabalho é voltado para vocês”, completou.

A promotora agradeceu, ainda, a oportunidade de levar o projeto para a Comarca e o apoio de todos os parceiros, incluindo os estudantes destinatários da iniciativa.

A criadora do projeto, a promotora de Justiça Maria José Lopes Corrêa, destacou que o lançamento do “Ler, escrever e pensar” em

Arari se dá justamente no momento em que o Brasil passa por uma grande turbulência em razão dos diversos atos de corrupção praticados principalmente pela classe política. “Como o próprio nome diz, o projeto utiliza a leitura como ferramenta para despertar a consciência crítica dos estudantes, objetivando a transformação social. Não podemos transformar a sociedade se não nos tornarmos cidadãos conscientes”, enfatizou.

A titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de João Lisboa também enfatizou o esforço da administração superior do MPMA em combater a corrupção, por meio de ações e campanhas. “O procurador-geral, Luiz Gonzaga Coelho, está trazendo uma verdadeira cruzada con-

tra a corrupção”. Em seguida, Maria José Corrêa apresentou os objetivos, a metodologia, o cronograma e outros detalhes do projeto.

A promotora lembrou ainda que a educação em Arari, segundo dados oficiais, atingiu 4,9 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, um nível acima da média brasileira.

Esperança

O diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais (Secinst), o promotor de Justiça Marco Antonio Amorim, enfatizou que a educação é sempre inversamente proporcional à corrupção. “Quanto menor o nível da educação, maior o da corrupção. Arari, segundo dados oficiais, atingiu a meta do IDEB, que estava prevista para 2020.” Ele tam-

bém afirmou que o maior crime que a corrupção pode cometer é o de retirar a esperança das pessoas. “Quando o dinheiro é ilegalmente desviado, a esperança também se vai, porque um jovem vai se questionar qual a chance de competir com alguém que estudou em escolas mais estruturadas. Daí, a mensagem do projeto é esta: por meio da educação, você pode se tornar exatamente o que quiser”.

Além de exemplos e práticas de sociedades de países onde os índices de corrupção são mínimos, a exemplo do Japão, Marco Antonio Amorim lembrou que no Brasil, por ano, são desviados mais de R\$ 200 bilhões. “Quantas ambulâncias, hospitais e escolas poderíamos construir com este dinheiro?”, questionou.

O procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, afirmou que a finalidade do projeto é tornar os estudantes agentes multiplicadores de ações contra a corrupção. “Por meio do estímulo à leitura e à produção textual, o ‘Ler, escrever e pensar’ está comprometido com a formação de uma consciência política de combate à corrupção, prática que está enraizada na sociedade brasileira, sendo um mal endêmico no país”.

O chefe do MPMA citou o célebre romance “Macunaíma”, de Mário de Andrade, como retrato de um brasileiro caricato, um “herói sem caráter”, mergulhado em pequenas práticas de corrupção.

Luiz Gonzaga Coelho disse, ainda, que todos os que participam do projeto estão empenhados em trabalhar por um mundo



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	31 / 03 / 2017	Página 5 <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Médica aborda prevenção do câncer de colo de útero em palestra na PGJ

“O câncer de colo de útero é uma doença altamente prevenível e evitável”, afirmou a médica oncologista Rachel Cossetti, do Hospital do Câncer Aldenora Bello. Ela proferiu a palestra “Câncer de Colo de Útero” na manhã desta quinta-feira, 30, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça.

O câncer de colo uterino é um tumor que acomete a porção inferior do útero, chamada colo ou cérvix. Este câncer é altamente prevalente na população feminina. A alta incidência do câncer de colo de útero no Maranhão coloca o Estado em primeiro lugar no ranking de mortalidade pela doença. São 16.340 casos diagnosticados por ano no Brasil. Entre os fatores de risco estão a infecção pelo vírus HPV, baixa imunidade, genética, comportamento sexual, idade e tabagismo. A doença é mais comum entre mulheres de 35 a 45 anos de idade.

Rachel Cossetti foi apresentada aos membros e servidores pelo promotor de Justiça Marco Antônio Amorim,

diretor da Secinst (Secretaria para Assuntos Institucionais do MPMA), que ressaltou a importância da propagação do assunto na sociedade. “Infelizmente o câncer de colo de útero ainda é uma das grandes causas de morte no país e no Maranhão, atingindo classes menos favorecidas. Por isso é muito importante esse trabalho de prevenção, para afastar o risco da doença”, destacou.

No começo de sua palestra, a médica oncologista comentou que, no Estado do Maranhão, muitas mulheres chegam aos consultórios em estágio avançado da doença. Apesar de ser uma doença de desenvolvimento lento, entre as dificuldades para o diagnóstico precoce, estão a limitação da informação, dificuldades para acesso aos exames e ao tratamento, falta de orientação e baixa vacinação.

A recomendação dos especialistas é de que o exame ginecológico preventivo, popularmente conhecido como Papanicolau, seja feito uma vez por ano. Rachel Cossetti

ti explicou que é um exame simples, rápido e indolor, que detecta alterações nas células do colo antes que se transforme num câncer. “Por isso é muito importante trazer um pouco mais de informação. Apesar de ser de fácil prevenção, é a primeira causa de morte por câncer nas mulheres do nosso Estado. Precisamos mudar este cenário”, frisou.

VACINA - Ela destacou a importância da vacina contra o HPV, principal causa do câncer de colo de útero, que protege contra os quatro principais tipos do vírus (6,11,16 e 18). Esses quatro tipos respondem por 70% dos casos de câncer de colo de útero. A vacina é disponibilizada gratuitamente em postos de saúde e atende meninas de 9 a 13 anos de idade e meninos de 12 e 13 anos, conforme determinação do Ministério da Saúde.

SINTOMAS E TRATAMENTO - Os sinais e sintomas do câncer de colo uterino dependem da fase em que o tumor se encontra. As lesões e tumores do colo uterino nas

fases iniciais geralmente não apresentam sintomas. Por isso a importância da prevenção e do exame anual.

O tratamento pode ser feito por meio de cirurgias, radioterapia e quimioterapia.

Após a explanação da médica, houve vacinação para filhos de membros e servidores do MPMA. Foram disponibilizadas as vacinas contra o vírus HPV, Hepatite B, Difteria, Tétano e Meningite.

A servidora Márcia Regina, do setor de Gestão de Pessoas, acompanhou toda a palestra e aproveitou para vacinar os filhos. “A palestra da médica foi excelente para sanar todas as nossas dúvidas. É muito mais fácil prevenir as doenças que correr atrás do prejuízo”, disse.

A realização da palestra e a aplicação de vacinas fazem parte das ações desenvolvidas pelo Programa de Qualidade de Vida no Trabalho. A comemoração dos aniversariantes do mês aconteceu no final do evento.

REDAÇÃO: DAUCYANA CASTRO (CCOM-MPMA)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	31 / 03 / 2017	Página 3
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Hospital no interior

Foi assinado, na última segunda, na sede da Secretaria da Saúde, em São Luís, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público, Estado do Maranhão e Município de Santa Luzia do Paruá, para sanar irregularidades no funcionamento de unidades de saúde existentes no município.

No TAC, o secretário Carlos Lula se comprometeu a concluir a reforma e ampliação do Hospital Francisca Melo, após a inclusão de um último aditivo.

No local, passará a funcionar o Hospital Geral para o Município de Santa Luzia do Paruá e região de Zé Doca.

Leitura crítica

O MP do Maranhão lançou no Clube Arariense, na terça, o projeto “Ler, escrever e pensar – conscientizar para transformar”, que tem o objetivo de despertar a consciência crítica de alunos das redes municipal e estadual de ensino por meio da leitura, tendo como foco o combate à corrupção. Arari abriga a primeira edição do programa – idealizado pela promotora Maria José Lopes Corrêa, de João Lisboa.

Contas do MP

O procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Martins Coelho, entregou, na tarde de quarta, ao presidente do Tribunal de Contas do Estado, Caldas Furtado, a prestação de contas, referente ao exercício financeiro de 2016, do Ministério Público do Maranhão.

O chefe do MPMA destacou que a instituição prima pela transparência e que todos os gestores públicos devem entender que a prestação de contas é um dever constitucional e uma obrigação para com os cidadãos, destinatários dos serviços públicos.

Miudinhas

- Para expandir e fortalecer as ações em todos os municípios do Estado, a Agência Estadual Defesa Agropecuária do Maranhão (Aged-MA) celebra parcerias com diversas prefeituras, dentre elas, com a prefeitura do município de Bacuri, que compõe a Unidade Regional de Pinheiro.

- Com o tema “Resolução Consensual de Conflitos Ambientais”, será aberto nesta sexta (31), às 8h, no auditório da sede da Procuradoria Geral de Justiça, o 2º Encontro da Magistratura e Ministério Público em Defesa do Meio Ambiente do Maranhão.

- Quarenta e cinco professores da rede estadual de ensino concluem nesta sexta-feira (31), o Curso de Formação e Atualização de Professores (as) de Língua, promovido pela Secretaria de Estado da Educação em parceria com a Embaixada da Espanha.

- O curso teve início na segunda-feira (27) e no auditório Joaquim Gomes de Sousa, do Iema, no centro de São Luís.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Policia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	31 / 03 / 2017	Página 5
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Santa Luzia do Paruá

MPMA, Estado e Município firmam TAC para reforma de hospitais

Foi assinado, na última segunda-feira, 27, na sede da Secretaria de Estado da Saúde, em São Luís, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público, Estado do Maranhão e Município de Santa Luzia do Paruá, para sanar irregularidades no funcionamento de unidades de saúde existentes no município.

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi assinado pelo promotor de justiça Hagamenon de Jesus Azevedo; pelo secretário de Saúde, Carlos Eduardo de Oliveira Lula; e pelo prefeito do município, José Plácido Sousa de Holanda.

O secretário municipal de Saúde, Gean César Albuquerque, e a procuradora do Município, Herlinda de Olinda Vieira, também assinaram o documento.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	31 / 03 / 2017	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa
	Página 4	

TJMA suspende lei da gratuidade de 30 minutos em estacionamentos

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) decidiram, por maioria dos votos, conceder medida cautelar para suspender os efeitos da lei municipal, que estabelecia a gratuidade nos primeiros 30 minutos de uso dos estacionamentos privados de shopping centers de São Luís. O desembargador Bernardo Rodrigues foi o relator do processo.

A decisão – proferida em Sessão Plenária Jurisdicional – suspendeu a aplicação da Lei nº 6.113/2016 até o julgamento final de Ação de Direta de Inconstitucionalidade (Adin), proposta pela Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasca), sem efeito retroativo.

O desembargador Bernardo Rodrigues entendeu

que a medida cautelar mereceu ser acolhida por apresentar fundamentação jurídica suficiente para constatar a possibilidade de que o direito pleiteado existe no caso concreto (fumus boni iuris) e a urgência em suspender a norma para evitar dano grave e de difícil reparação (periculum in mora).

“A fumaça do bom direito encontra-se caracterizada pelo fato de que a atividade de exploração da atividade de estacionamento, em imóvel privado, constitui matéria atinente ao direito de propriedade, portanto, no âmbito do Direito Civil, de competência privativa da União”, explicou o relator, com base no art. 22, inciso I da Constituição Federal, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

A Abrasca sustentou que várias outras leis, que trataram do mesmo assunto da lei municipal, já foram declaradas inconstitucionais, entendendo que a intervenção no desenvolvimento na atividade de estacionamento, por dizer respeito à exploração econômica de propriedade privada,

enquadra-se no ramo do Direito Civil, sendo, portanto, de competência privada da União, além de importar em transgressão ao direito de propriedade e aos princípios da livre iniciativa e livre concorrência.

A associação também alegou que, ainda que a matéria em discussão não estivesse na esfera de competência exclusiva da União, a norma municipal não cuida de tema de interesse local, não podendo o Município de São Luís legislar, ainda que de forma concorrente, sobre a metodologia de cobrança pelo uso de estacionamentos privados.

Em sua defesa, o Município de São Luís alegou a ilegitimidade da Abrasca e afirmou que, embora o estacionamento explore área privada, é serviço de caráter coletivo que se utiliza de circulação de vias em seu perímetro externo, estando sujeita à fiscalização por agentes de trânsito, que podem aplicar multas no interior desses estabelecimentos, conforme a Lei nº 13.146/2015.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	31 / 03 / 2017	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa
	Página 1	



Desaba forro de outra escola municipal

Parte do forro da UEB Rosa Mochel, no Coroado, desabou ontem (detalhe) e, por sorte, ninguém ficou ferido. As aulas foram suspensas. Na 2ª-feira, parte do teto da UEB Darcy Ribeiro, no Sacavém, havia caído. CIDADES 2



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 31 / 03 / 2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

PARECE BRUXARIA

Teto de outra escola da rede municipal desaba em São Luís

Parece até feitiço ou o teto das escolas da rede municipal são fixadas com cuspe. O certo é que o teto da Unidade de Educação Básica Rosa Mochel, no bairro Coroados, também de competência da Prefeitura de São Luís, desabou na manhã desta quinta-feira (30).

Segundo a direção da escola, parte da parede desabou em cima do forro e com o peso das alvenarias o forro acabou cedendo bem na entrada da porta de uma das salas de aula. No momento do acidente não havia nenhuma criança, professores e nem funcionários.

Por causa do incidente, a direção da Unidade Escolar Básica Rosa Mochel decidiu dispensar todos os alunos até que seja feita uma vistoria completa na escola.

Em nota, a Secretaria Municipal de Educação disse que o incidente na escola ocorreu



antes do início das atividades, quando ainda não havia crianças. A Semed também disse que deslocou uma equipe de engenharia para identificar as causas e avaliar as condições estruturais do prédio, e que providenciará as intervenções

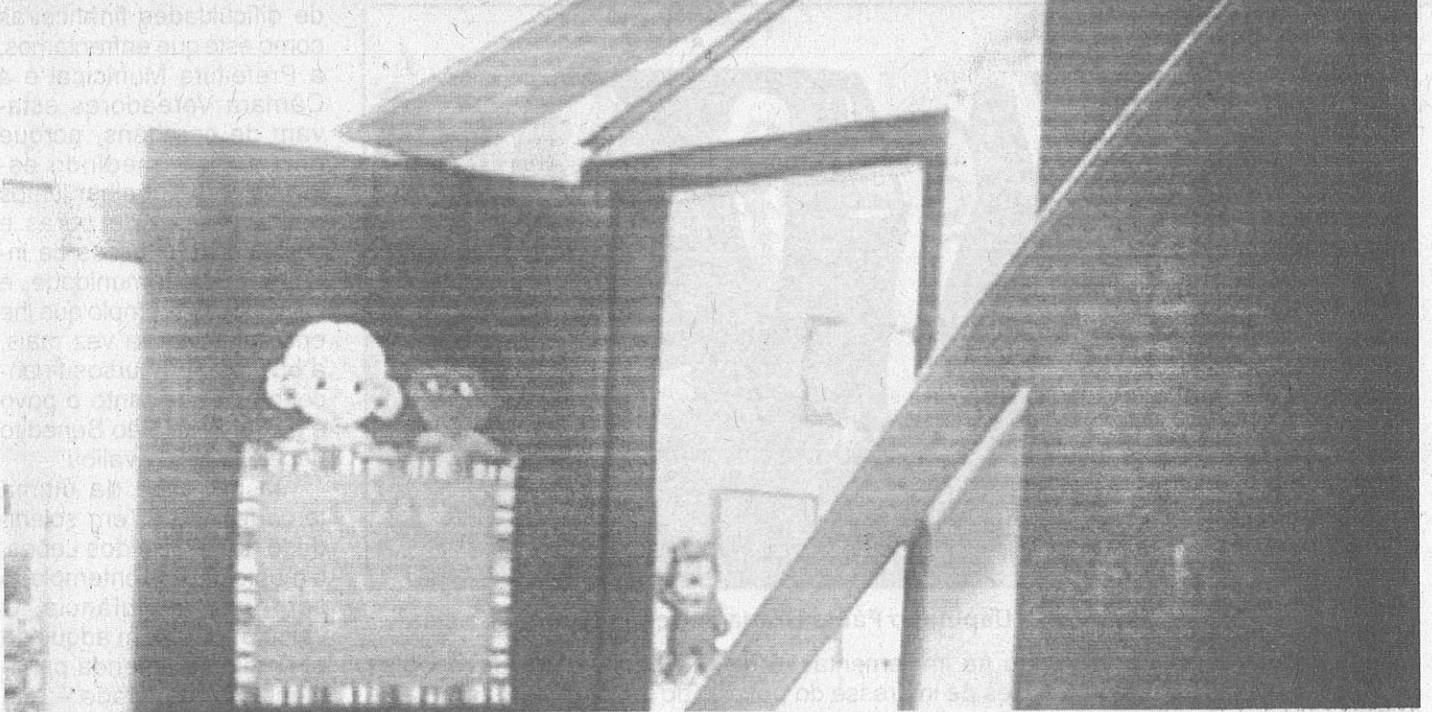
necessárias. Por fim, a Secretaria de Educação de São Luís garantiu que os dias letivos serão integralmente repostos.

Na segunda-feira (27) parte do teto da Escola Municipal Darcy Ribeiro, também

na capital, desabou e deixou uma professora e dois alunos ficaram feridos. Na ocasião, a estrutura caiu sobre cerca de 30 alunos do 6º ano, de 11 e 12 anos. As causas do desabamento ainda não foram esclarecidas.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Policia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	31 / 03 / 2017	Página 4
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Teto de sala de escola pública desaba em São Luís



Parte da parede desabou em cima do forro e cedeu na entrada da porta de uma das salas da escola

O teto de uma sala de aula da Unidade Escolar Básica Rosa Mochel, no bairro Coroado, em São Luís, desabou na manhã de ontem (30).

Segundo a direção da escola, parte da parede desabou em cima do forro e com o peso das alvenarias o

forro acabou cedendo bem na entrada da porta de uma das salas de aula. No momento do acidente não havia nenhuma criança, professores e nem funcionários.

Em entrevista, o secretário municipal de Educação, Moacir Feitosa, disse que já está ciente sobre o acidente

e que tomará providências. "Eu tomei conhecimento agora e já vou tomar providências", disse.

A direção da Unidade Escolar Básica Rosa Mochel decidiu dispensar todos os alunos até que seja feita uma vistoria completa na escola.

Na segunda-feira (27)

parte do teto da Escola Municipal Darcy Ribeiro, também na capital, desabou e deixou uma professora e dois alunos ficaram feridos. Na ocasião, a estrutura caiu sobre cerca de 30 alunos do 6º ano, de 11 e 12 anos. As causas do desabamento ainda não foram esclarecidas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	31 / 03 / 2017	Página 2
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Operação de fiscalização da MOB apreendeu Vans irregulares



Fiscalização retirou de circulação mais de 20 Vans irregulares nas imediações do Terminal Rodoviário de Passageiros

A Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos (MOB), juntamente com a Polícia Militar e Polícia Rodoviária Estadual, retiveram 28 vans que faziam transporte clandestino de passageiros na manhã desta quinta-feira, 30, em frente ao Terminal Rodoviário de Passageiros de São Luís. A operação de fiscalização que teve início ainda na madrugada visa combater o transporte irregular entre a capital e demais municípios.

Durante a operação, veículos que não tinham autorização da MOB para realizar transporte intermunicipal de passageiros, com placas cinzas e de outro estado foram conduzidos ao esta-

cionamento da rodoviária para averiguação, emissão de auto de infração/apreensão e permanecem retidos até o fim do processo de regularização junto à MOB. Foram identificados, ainda, motoristas sem habilitação e veículos sem condições adequadas de segurança como faróis danificados, pneus carecas e com idade avançada. Após a apreensão, os responsáveis pelos veículos devolveram o dinheiro aos passageiros que puderam utilizar outro meio de transporte.

O presidente da MOB, Artur Cabral, alerta que as operações irão ser intensificadas e ressalta a importância destas ações para a segurança do usuário de

transporte. "Essas operações de fiscalização permanecerão e serão intensificadas. O maior beneficiado disso tudo é o usuário. É importante destacar o perigo que as pessoas enfrentam ao utilizar transportes sem a mínima segurança".

Desde o ano passado, a MOB convocou a categoria a se regularizar junto à Agência. Os permissionários que deram entrada em seus processos estão com sua documentação em dia e foram aprovados nas inspeções veiculares podem receber o selo de autorização da MOB.

FISCALIZAÇÃO NA REGIÃO TOCANTINA

No início do mês também

foi realizada uma grande operação de fiscalização conjunta com a Polícia Militar e Ministério Público, na MA-122 (Avenida Pedro Neiva de Santana), com o intuito de coibir o transporte clandestino que atua entre os municípios de Imperatriz, Davinópolis e Senador La Rocque.

A ação resultou em 11 veículos retidos – entre ônibus, vans e micro-ônibus – que estavam circulando de modo irregular. Além de não possuir licença para operar nas linhas intermunicipais, o Ministério Público do Trabalho constatou irregularidades trabalhistas em uma das empresas por estar circulando com motoristas sem vínculo empregatício com a empresa.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
DATA 31 / 03 / 2017 Página 4		<input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Crateras deixam o trânsito caótico em Avenida da Santa Efigênia

A buraqueira tem tirado a paciência de muita gente que trafega pela avenida Principal, do bairro Santa Efigênia, na região da Cidade Operária, em São Luís. A via, por onde circulam ônibus de diversas linhas do transporte pú-

blico, acumula crateras.

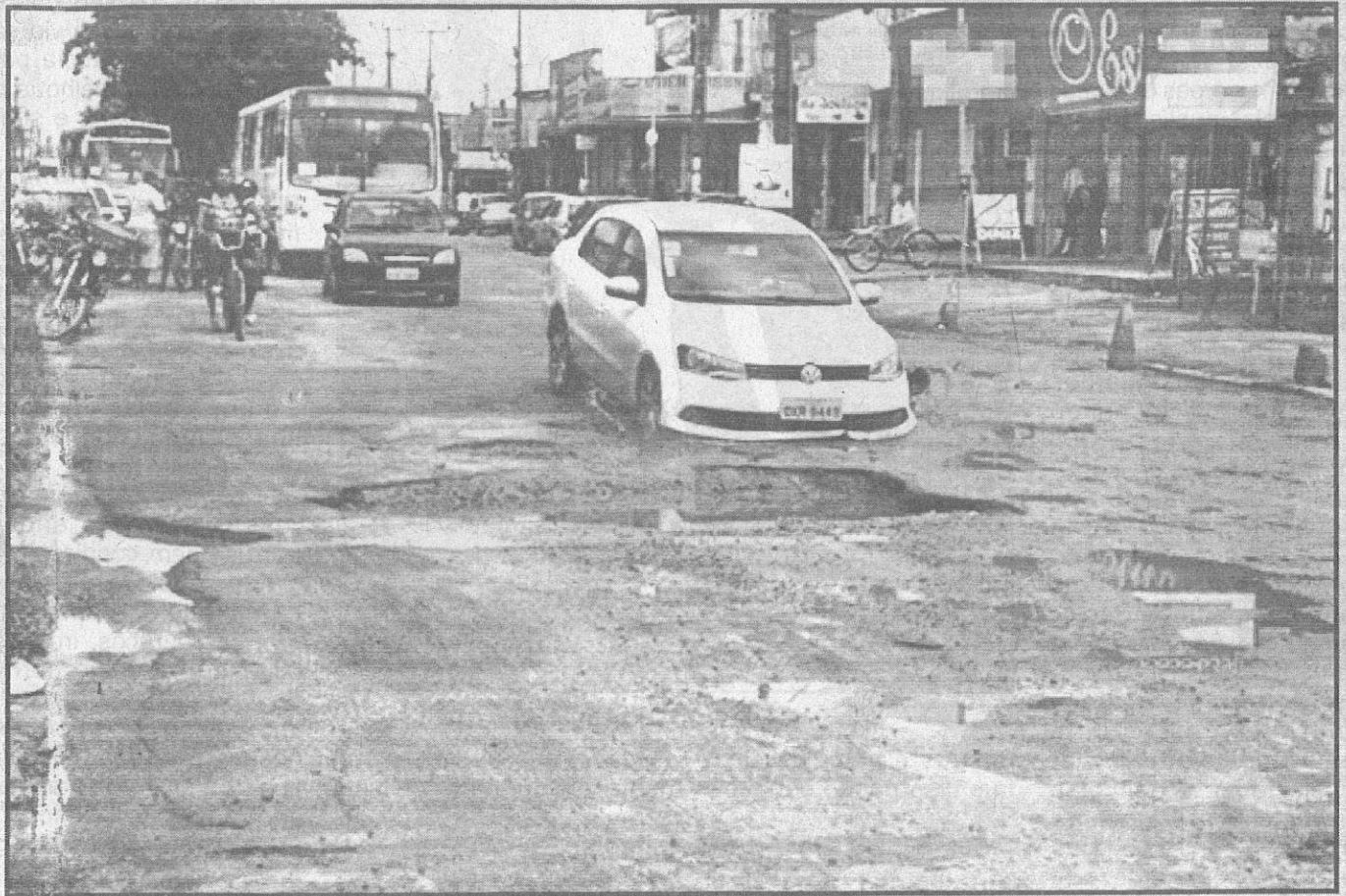
Foi registrado o caos no trânsito da avenida em virtude dos buracos, que em dias chuvosos se transformam em poças.

Os moradores tentaram chamar a atenção para a situação revoltante criando um boneco. Com humor,

eles fizeram uma representação caricata do prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, que ficou no local por algum tempo.

Por meio de nota, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semosp) informou que, "no ano passado, foram pavimenta-

dos mais de 80 quilômetros de ruas na região do bairro Santa Efigênia. E que já existe um projeto para recuperação das vias com problemas na infraestrutura, previsto para ser executado após o período chuvoso", explica o texto.





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA 31 / 03 / 2017	Página 9	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Desembargador concede liminar e garante reitor da Uema em liberdade

O desembargador Kléber Costa Carvalho concedeu ordem liminar, em forma de salvo-conduto, para manter em liberdade o reitor da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), professor Dr. Gustavo Pereira da Costa, que teve ordem de prisão em flagrante emitida pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública, na quarta-feira (29). A ordem de prisão considerou que o reitor, apesar de intimado, teria deixado de cumprir decisão judicial em favor de um candidato à vaga do curso de Medicina Bacharelado do Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior (Uema/Paes). A decisão referida concedeu tutela judicial de urgência, determinando que a Uema assegurasse a participação do candidato enquanto pessoa com deficiência e, na hipótese de aprovação, efetivasse sua matrícula no curso de Medicina, bem como garantisse o percentual de 5% para pessoas com deficiência, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil. O candidato teria noticiado no processo que a medida judicial não fora

cumprida, resultando na ordem de prisão contra o reitor, motivada por descumprimento de decisão judicial.

O pedido de habeas corpus informou que a Uema adotou todas as providências referentes à ordem judicial, garantindo a participação do candidato no certame e, por conseguinte, foi realizada a correção das suas avaliações de múltipla escolha e analítico-discursivas, o qual não teria adquirido a pontuação suficiente para a classificação, tendo zerado a prova discursiva de Química, o que resultou na sua eliminação, conforme regra do edital. Assim, argumentou não ter havido descumprimento da decisão ou prática de crime de desobediência, tendo em vista que a aprovação e consequente matrícula do candidato, no curso pretendido, dependiam exclusivamente de seu desempenho nos exames.

Em sua análise, o desembargador entendeu que a ordem de prisão não refletiu a realidade dos autos, uma vez que a decisão judicial foi atendida ao assegurar

a participação do candidato no processo enquanto pessoa com deficiência, o que não impunha, no entanto, o dever de matriculá-lo – pois estaria condicionado à sua aprovação. “O motivo do não prosseguimento do candidato não decorre de descumprimento da tutela antecipada ou outro óbice imposto pela instituição, mas em razão de ele não ter obtido desempenho satisfatório na prova discursiva”, avaliou Carvalho.

NOTA DA UEMA

Por meio de sua procuradoria jurídica, a Uema divulgou a seguinte mota:

- Em momento algum a Uema desacatou a ordem judicial.
- Conforme consta nos autos do processo, todas as decisões proferidas pela justiça são na intenção de providenciar os meios necessários para que o candidato fizesse a prova na condição de deficiente físico, e isso foi providenciado.
- Caso aprovado no certame, o candidato estaria apto a proceder a matrícula. Contudo, o candidato

em questão zerou a prova de química. E, de acordo com o edital do PAES, o candidato que tiver nota zerada em alguma prova, será automaticamente eliminado.

d) Sendo assim, o candidato não conseguiu a pontuação necessária para ser aprovado no Processo Seletivo, sendo, inclusive, informado sobre o fato em fevereiro, conforme os autos do processo.

e) A Urma ressalta que sempre prezou pela lisura dos seus processos seletivos e de forma alguma pode permitir que um candidato aprovado no Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior seja impedido de efetuar sua matrícula.

f) Acreditando em um Estado que visa à garantia do exercício de direitos individuais e sociais, portanto explicitando a posição da universidade na crença de um estado democrático brasileiro, temos que, quanto a medida de força decretada, de maneira serena, o Reitor, como representante legal da Universidade, órgão executivo máximo da Instituição, tomou medidas de proteção – sem com isso se furtrar ao diálogo franco e transparente.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	31 / 03 / 2017	Página 5
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Justiça concede salvo-conduto para manter reitor em liberdade

Gustavo Pereira, reitor da Uema, teve ordem de prisão emitida pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública por não cumprir decisão judicial em favor de um candidato a vaga no curso de Medicina

O desembargador Kléber Costa Carvalho, durante o plantão judiciário de 2º Grau da madrugada de ontem, concedeu ordem liminar, em forma de salvo-conduto, para manter em liberdade o reitor da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), Gustavo Pereira da Costa, que teve ordem de prisão em flagrante emitida pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública, quarta-feira, 29.

A ordem de prisão considerou que o reitor, apesar de intimado, teria deixado de cumprir decisão judicial em favor de um candidato a vaga do curso de Medicina Bacharelado do Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior (Uema/Paes).

A decisão referida concedeu tutela judicial de urgência, determinando que a Uema assegurasse a participação do candidato enquanto pessoa com deficiência e, na hipótese de aprovação, efetivasse sua matrícula no curso de Medicina, bem como garantisse o percentual de 5% para pessoas com deficiência, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil.

O candidato teria noticiado no

processo que a medida judicial não fora cumprida pela Uema, resultando na ordem de prisão contra o reitor, motivada por descumprimento de decisão judicial.

Candidato

O pedido de habeas corpus informou que a Uema adotou todas as providências referentes à ordem judicial, garantindo a participação do candidato no certame e, por conseguinte, foi realizada a correção das suas avaliações de múltipla es-

Medida judicial não fora cumprida pela Uema

colha e analítico-discursivas, o qual não teria adquirido a pontuação suficiente para a classificação, tendo zerado a prova discursiva de Química, o que resultou na sua eliminação, conforme regra do edital. Assim, argumentou não ter havido descumprimento da decisão ou prática de crime de desobediência, tendo em vista que a aprova-



O reitor da Universidade Estadual do Maranhão, Gustavo Pereira da Costa, estava ameaçado de ser preso

Divulgação



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia	
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	31 / 03 / 2017	Página 7	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Polícia apreende arsenal e prende bandido

Uma operação no município Codó, localizado no povoado km 17, o Batalhão Tiradentes, em ação conjunta com o Serviço de Inteligência do Décimo Sétimo Batalhão da Polícia Militar, com o apoio do 4DP do município, conseguiu apreender nesta quinta-feira (30), duas armas de grosso calibre, uma grande quantidade de munição, além de várias armas brancas e rádios de comunicação em uma residência nesse povoado. A polícia foi à procura de cumprir o mandado de prisão contra um homem identificado como Renato Ferreira Filho ou mais conhecido como 'Renatinho'. Segundo as investigações, ele estaria na casa de sua vó paterna nesse povoado. O pai de 'Renatinho' ainda confessou ser dono das munições.

Chegando a residência, a polícia identificou que o procurado 'Renatinho' havia fugido antes que chegasse a guarnição. Na ocasião foi feita a vistoria na casa onde foi encontrada uma gran-



O material bélico foi apreendido pelo Batalhão Tiradentes

de quantidade de armas de fogo e branca. Na residência estava a vó de Renatinho, que segundo o cabo Delson, já estava frágil devido à idade. Também se encontrava Renato Ferreira: "Ele confessou que as armas seriam de propriedade dele e não falou para que seria a finalidade de todo o armamento encontrado. A partir de agora sairemos em busca de 'Renatinho' e só descansaremos com a sua prisão", contou o cabo.

Na residência da mãe de

Renato foi encontrada diversas armas e munições dentre elas duas armas calibre 12, 11 rádios de comunicação, 20 munições calibre 12 intactas, 18 munições de calibre 32, um cartucho calibre 44, 30 espoletas de munição calibre 12, uma caixa contendo aproximadamente 500 unidades de munições de calibre 12, mais duas fardas do exército brasileiro dentre outros materiais. Renato Ferreira foi detido e encaminhado para o quatro DP de Codó.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	31 / 03 / 2017	Página	1
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Insegurança: Coroadinho fica sem posto da Polícia Militar e delegacia

Desativação das unidades de segurança no bairro, considerado violento, não foi explicada e população fica à mercê da criminalidade; apenas uma USC permanece na área, mas não consegue inibir assalto

O fechamento de um posto policial na área do Bom Jesus, comunidade da região do Coroadinho, preocupa os moradores do local. É que a área fica próximo ao Morro do Zé Bombom, conhecido pelos elevados índices de criminalidade. A presença do posto policial representava uma segurança a mais para a comunidade, que agora convive com o medo de ações criminosas. Outra reclamação é o fechamento do 10º Distrito Policial, que ficava no bairro.

O posto policial funcionava próximo ao ponto final das linhas de ônibus que atendem aos moradores do Coroadinho: Coroadinho/Bom Jesus, Coroadinho/Vila Conceição e Coroadinho/Terminal Praia Grande. O posto funcionou durante anos e deu aos moradores dos arredores maior sensação de segurança, já que a presença dos policiais militares inibia a ocorrência de assaltos e outras



DELEGACIA foi desativada no bairro Coroadinho

Flora Dolores

nos ônibus que atendem a o bairro. Com medo de represálias, os moradores da área não dão maiores informações sobre o fechamento do posto. Afirmando apenas que ele parou de funcionar e não sabem o porquê.

Local foi desativado, sem maiores explicações

Com o fechamento do posto da Polícia Militar, a criminalidade na área aumentou e nem seria preciso o relato dos moradores para confirmar isso. Em setembro do ano passado, um grupo de aproximadamente 10 homens, todos encapuzados, entrou em um ônibus da linha Coroadinho/Vila Conceição, já no ponto final, e ateou fogo no veículo. Nenhum passageiro ficou ferido.

práticas criminosas.

Mas há pelo menos dois anos a insegurança voltou a preocupar os vi-

zinhos do antigo posto policial. O local foi desativado, sem maiores explicações aos moradores. O prédio,

antes ocupado pelos policiais, agora serve como ponto de apoio para motoristas e cobradores que trabalham



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	31 / 03 / 2017	Página 6
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Em busca da liberdade

Defesa do assassino confesso de Mariana Costa entra com habeas corpus na Justiça. Decisão está nas mãos do desembargador Guerreiro Júnior

DA REDAÇÃO

FOTOS: DIVULGAÇÃO/SECAP-MA

A defesa do empresário Lucas Porto, assassino confesso de Mariana Costa, ingressou ontem com o pedido de habeas corpus no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O recurso está nas mãos do desembargador Guerreiro Júnior, aguardando apreciação.

O pedido, assinado pelos advogados Paulo Napoleão Quezada, João Marcelo Pedroza e Diego Miranda, pede que a Justiça revogue a prisão preventiva do réu, "garantindo-lhe o direito de permanecer em liberdade, inclusive mediante a imposição de medidas cautelares diversas da preventiva, até o trânsito em julgado da sentença".

Na peça, os advogados defendem que há "desproporcionalidade entre o suposto fato praticado pelo paciente e a manutenção de sua segregação cautelar". Para eles, "medidas cautelares alternativas seriam suficientes para resguardar a ordem pública".



Audiência

No dia 16 de fevereiro, foi realizada a primeira audiência de instrução do caso Mariana Costa, sobrinha-neta do

ex-presidente José Sarney, no qual Lucas Porto é acusado de estuprar e matar Mariana Costa, após a publicitária não corresponder aos seus sentimentos amorosos.

A audiência foi adiada após o juiz atender aos pedidos dos advogados, os quais alegaram que esta precisava ser remarcada

por conta de uma testemunha da defesa não ter sido localizada.

Além disso, outras duas testemunhas, que estão fora do estado, devem ser ouvidas sobre o caso.

Uma nova audiência foi marcada para o dia 18 de maio e Lucas Porto, que não depôs ontem, deve ser ouvido.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	31 / 03 / 2017	Página 20
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

PORNOGRAFIA INFANTIL

Operação no Maranhão prende pessoas em seis Estados

A Operação Doce Infância durou sete meses e foi conduzida pelo Grupo de Repressão a Crimes Cibernéticos

A Polícia Federal (PF) deflagrou ontem (30), a Operação Doce Infância para reprimir o compartilhamento de pornografia infantil por meio de aplicativos de mensagens instantâneas.

Foram cumpridos 9 man-

dados de busca e apreensão nos Estados do Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo e Mato Grosso. Até este dia 30, duas pessoas foram autuadas em flagrante delito, nos Estados do Ceará e Mato Grosso.

A investigação durou sete meses e foi conduzida pelo Grupo de Repressão a Crimes Cibernéticos da PF no Maranhão. A pena por compartilhamento de material pornográfico infantil pode chegar a seis anos de

reclusão e a pena por posse, a quatro anos de reclusão.

A operação foi denominada Doce Infância em razão do nome atribuído pelos investigados ao grupo no aplicativo utilizado para prática dos crimes apurados.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros
DATA	31 / 03 / 2017 Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Polícia encontra vasta quantidade de munições e armas em Codó

Divulgação/PM

Uma operação conjunta envolvendo o Batalhão Tiradentes e o 17º Batalhão de Polícia Militar (BPM), ocorrida na cidade maranhense de Codó, resultou na apreensão de uma vasta quantidade de armas e munições, na manhã desta quinta-feira (30). Na ocasião, as equipes encontraram duas armas de fogo de cano longo, projéteis intactos, rádios de comunicação e armas brancas.

Conforme relatado pelo tenente-coronel Marques Neto, comandante do Batalhão Tiradentes, os materiais estavam no interior de uma casa situada no povoado Km 17. Os policiais militares, com o apoio de civis do 4º Distrito Policial (DP), seguiram ao local para tentar localizar um homem identificado como Renato Ferreira Filho, conhecido como "Renatinho", que tem contra si um mandado de prisão decretado e que, portanto, deverá ser cumprido.



Armamento e rádios de comunicação apreendidos na cidade de Codó

O pai do suspeito, Renato Ferreira, teria assumido ser proprietário do armamento, mas não explicou por que guardava aquela quantidade de munições e as duas armas de fogo. No total, foram apreendidos duas espingardas calibre 12; 11 rádios

de comunicação; 20 munições calibre 12; 18 munições calibre 32; um cartucho calibre 44; 30 espoletas de projéteis calibre 12; uma caixa contendo cerca de 500 unidades de munições calibre 12, e duas fardas do Exército Brasileiro. (NM)

Três pessoas são presas por pornografia infantil na internet

A Polícia Federal (PF) prendeu em flagrante, na manhã de ontem (30), três pessoas por suposto envolvimento no armazenamento, produção e divulgação de pornografia infantil na internet, por meio de aplicativo de mensagens instantâneas. As detenções foram realizadas nas cidades de Manaus, Fortaleza e Cuiabá, sendo que nove mandados de busca e apreensão foram cumpridos no Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo e Mato Grosso.

Segundo informações da PF, a rede de compartilhamento investigada é composta por 15 pessoas. E ainda que, com os presos, foram apreendidos smartphones com imagens contendo material de pornografia infantil. A investigação durou sete meses e foi conduzida pelo Grupo de Repressão a Crimes Cibernéticos da PF no Maranhão. A pena por compartilhamento de material pornográfico infantil pode chegar a seis anos de reclusão e a pena por posse, a quatro anos de reclusão.

DOCE INFÂNCIA

A operação foi denominada Doce Infância em razão do nome atribuído pelos investigados ao grupo no aplicativo utilizado para prática dos crimes apurados.

(LUCIENE VIEIRA)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	31 / 03 / 2017	Página 7
	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Cão encontra drogas no quintal de uma casa

As drogas estavam dentro de alguns frascos enterradas no quintal de uma residência no bairro Pedrinhas, na zona rural da capital, mas o cachorro logo as achou

FOTOS: DIVULGAÇÃO/PM



O cão da polícia farejou a droga enterrada no quintal da casa

bruta de crack e 100 gramas de cocaína pura. Nessa segunda residência, apenas uma mulher estava presente e foi identifica-

da como Andressa dos Santos, companheira de Jaime, alvo da investigação. "Ela confessou a sua participação no crime de trá-



Ela confessou a sua participação no crime de tráfico de entorpecentes e relatou ainda que o seu companheiro fugiu pulando a cerca instantes antes da chegada da polícia

Aritanã,
tenente-coronel

fico de entorpecentes e relatou ainda que o seu companheiro fugiu pulando a cerca instantes antes da chegada da polícia", relatou o tenente-coronel Aritanã.

A polícia já segue em busca do companheiro de Andressa identificado como Jaime. Diante dos fatos, ela foi conduzida até a delegacia, onde foi autuada por tráfico de entorpecentes.

O Serviço de Inteligência do 6º Batalhão da Polícia Militar desarticulou uma "boca de fumo" no bairro Pedrinhas (zona rural), na manhã de quinta-feira (29). As buscas pelo ponto de tráfico se deram após denúncia de que moradores de duas residências do bairro mantinha um forte esquema de tráfico de drogas e que em uma delas, parte das drogas seria enterrada no quintal da residência.

A polícia, ao chegar em uma das casas, conseguiu encontrar mais de meio quilo de entorpecentes enterrados nos fundos do quintal. Para essa desarticulação, foi necessário o apoio do Canil da Polícia Militar. Na primeira residência do homem conhecido como "Porrudo", foi feita a busca pelos entorpecentes, porém nada foi encontrado.

Em partida para segunda residência denunciada, foram encontradas 32 cabeças de crack embaladas, prontas para comercialização e uso. Continuando as buscas, os cães farejadores encontraram enterrado no fundo do quintal, em recipientes, cerca de 400 gramas de pedra



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 31 / 03 / 2017	Página 5	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Operação Espaço Legal retira construções no Parque Vitória

A ação retirou várias construções irregulares localizadas na Praça da Juventude e em diversas calçadas no bairro; novas operações deverão chegar a outras localidades que abrigam construções irregulares

A Operação Espaço Legal, desencadeada no início do mês de março pela Prefeitura de São José de Ribamar, por meio da Secretaria da Receita e Fiscalização Urbana, em parceria com a Guarda Municipal, voltou a realizar quarta-feira, 29, a desocupação dos espaços e logradouros públicos do município.

Dessa vez, a ação retirou várias construções irregulares localizadas na Praça da Juventude e em diversas calçadas que deveriam garantir o ir e vir das pessoas no bairro do Parque Vitória.

A Praça da Juventude, que deveria servir de lazer e entretenimento para a população, estava ocupada há anos pelo comércio ilegal. No local, equipes da Blitz Urbana retiraram cerca de oito cons-



Divulgação

Borracharia é retirada de canteiro de avenida no Parque Vitória

truções precárias que alojavam lanchonetes, lava jato, borracharia e até peixaria.

De acordo com o chefe do departamento de fiscalização urbanística, Rogério da Silva, o pro-

blema já era antigo e além dos estabelecimentos não terem as permissões de funcionamento e comercialização, também existiam denúncias de que alguns dos locais estavam sendo utilizados para venda de drogas.

“Todos os proprietários foram devidamente notificados quanto à desocupação imediata do espaço, prevista inclusive no artigo 119, da lei de uso e ocupação do solo. A partir de agora, o local volta a ser das famílias e além de limpeza de toda a área, o espaço também receberá projeto de urbanização e paisagismo”, disse.

Nos próximos dias, a Operação Espaço Legal deverá visitar outras localidades que abrigam construções irregulares e comprometem passeios e logradouros públicos. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input checked="" type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA	31 / 03 / 2017	Página 7
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Homem que matou ex-companheira em Peritoró é condenado em júri

Em sessão do júri realizada no fórum da comarca de Coroatá, o réu Raimundo Nonato Soares foi condenado, inicialmente, a 12 (doze) anos de prisão pelo assassinato de Maria das Dores Silva Oliveira, ex-companheira do acusado. Os jurados entenderam que o autor cometeu homicídio qualificado privilegiado, ocasionado por motivo de relevante valor social e moral, concordando com a tese dos advogados de defesa, fato que reduziu em 1/3 a pena, e que somados aos 306 dias trabalhados pelo condenado, durante sua prisão preventiva de 02 (dois) anos e 08 (oito) meses, a pena definitiva foi fixada em 5 (cinco) anos e 18 (dezoito) dias, a serem cumpridos no regime semi-aberto. O titular da 2ª vara da comarca de Coroatá, juiz Francisco Ferreira de Lima, presidiu o julgamento nessa segunda-feira, 27.

Consta na denúncia oferecida pelo Ministério Público (MPMA), que na manhã do dia 20 de setembro de 2007, a vítima saiu para local ignorado acompanhada do autor. A par-

tir daí, Maria das Dores não foi mais vista pelos familiares. Narra a denúncia, que o Raimundo Nonato "providenciou uma viagem repentina e descabida", no retorno do encontro com a vítima, que foi encontrada morta dois dias depois em um matagal, em avançado estado de decomposição.

O réu, preso somente em 18 de julho de 2014, na cidade de Pio XII, confessou a autoria do crime durante o julgamento, alegando provocação prévia da vítima, que teria assumido uma traição quando eram companheiros, se utilizando de palavras impróprias e xingamentos.

A acusação trabalhada pelo Ministério Público sustentou a tese de homicídio qualificado, com o emprego de meio que dificultasse a defesa da vítima, previsto no artigo 121, parágrafo 2º, inciso IV, do Código Penal Brasileiro.

A Justiça concedeu à Raimundo Nonato Soares o direito de recorrer em liberdade, devido ao bom comportamento na cadeia, pela idade avançada de 56 anos, dentre outros requisitos previstos em Lei.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Policia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros
DATA	31 / 03 / 2017 Página 7	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

CRIME CIBERNÉTICO

Operação da Polícia Federal do Maranhão cumpre mandados em seis estados

A Polícia Federal (PF) deflagrou nesta quinta-feira (30), em São Luís, a Operação Doce Infância que tem o intuito de reprimir o compartilhamento de pornografia infantil por meio de aplicativo de mensagens instantâneas.

Foram cumpridos nove

mandados de busca e apreensão nos estados do Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo e Mato Grosso. Até o presente momento, duas pessoas foram autuadas em flagrante delito, nos estados do Ceará e Mato Grosso.

A investigação durou sete meses e foi conduzida pelo Grupo de Repressão a Crimes Cibernéticos da PF no Maranhão.

A pena por compartilhamento de material pornográfico infantil pode chegar a seis anos de reclusão e a pena por

posse, a quatro anos de reclusão.

DOCE INFÂNCIA - A operação foi denominada Doce Infância em razão do nome atribuído pelos investigados ao grupo no aplicativo utilizado para prática dos crimes apurados.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Policia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 31 / 03 / 2017	Página 7	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

PERITORÓ

Homem que matou ex-companheira é condenado em júri

Em sessão do júri realizada no fórum da comarca de Coroatá, o réu Raimundo Nonato Soares foi condenado, inicialmente, a 12 (doze) anos de prisão pelo assassinato de Maria das Dores Silva Oliveira, ex-companheira do acusado. Os jurados entenderam que o autor cometeu homicídio qualificado privilegiado, ocasionado por motivo de relevante valor social e moral, concordando com a tese dos advogados de defesa, fato que reduziu em 1/3 a pena, e que somados aos 306 dias trabalhados pelo condenado, durante sua prisão preventiva de 02 (dois) anos e 08 (oito) meses, a pena definitiva foi fixada em 5 (cinco) anos e 18 (dezoito) dias, a serem cumpridos no regime semi-aberto. O titular da 2ª vara da comarca de Coroatá, juiz Francisco Ferreira de Lima, presidiu o julgamento nessa segunda-feira, 27.

Consta na denúncia oferecida pelo Ministério Público (MPMA), que na manhã do dia 20 de setembro de 2007, a vítima saiu para local ignorado acompanhada do autor. A partir daí, Maria das Dores não foi mais vista pelos familiares. Narra a denúncia, que o Raimundo Nonato “providenciou uma viagem repentina e descabida”, no retorno do encontro com a vítima, que foi encontrada morta dois dias depois em um matagal, em avançado estado de decomposição.

O réu, preso somente em 18 de julho de 2014, na cidade de Pio XII, confessou a autoria do crime durante o julgamento, alegando provocação prévia da vítima, que teria assumido uma traição quando eram companheiros, se utilizando de palavras impróprias e xingamentos.

A acusação trabalhada pelo Ministério Público sustentou a

tese de homicídio qualificado, com o emprego de meio que dificultasse a defesa da vítima, previsto no artigo 121, parágrafo 2º, inciso IV, do Código Penal Brasileiro.

A Justiça concedeu a Raimundo Nonato Soares o direito de recorrer em liberdade, devido ao bom comportamento na cadeia, pela idade avançada de 56 anos, dentre outros requisitos previstos em Lei.

Semana Estadual do Júri – Diversas comarcas do Estado participam da Semana Estadual do Júri, que ocorre de 27 a 31 de março e objetiva julgar processos com réus presos provisoriamente. As comarcas de Timon, Bacuri, Balsas, Esperantinópolis, Governador Nunes Freire, Imperatriz, Santa Rita, e o termo judiciário de Raposa, na Ilha de São Luís, também realizam sessões do Tribunal do Júri durante a semana.

A corregedora justificou a medida ressaltando a quantidade razoável de réus presos e já pronunciados, mas não julgados, conforme dados colhidos no sistema de gerenciamento de processos da Justiça de 1º grau. “Em razão dessa realidade solicitamos às unidades judiciais que se encaixem nestas condições, e procedam à designação de sessões do Tribunal do Júri no período”, afirmou a corregedora.

Em todo o Maranhão, 590 processos de competência do Tribunal do Júri com presos provisórios aguardavam julgamento. O levantamento foi realizado no mês de janeiro por determinação da CGJ para a elaboração de ações, ao longo do ano, de melhoria na eficácia da prestação jurisdicional e do Sistema Prisional do Estado.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	31 / 03 / 2017	Página 7
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Carro roubado é recuperado por Policiais Militares do 15º BPM da cidade de Bacabal

Na Br - 316 nas imediações do povoado Piratininga se depararam com o veículo suspeito. Bruno, ao perceber a presença dos policiais tentou empreender fuga, fazendo manobras radicais o que por pouco não acabou em acidente

Bruno Fernandes de Araújo, 23 anos, natural de Brasília, foi apresentado na Delegacia de Polícia Civil da cidade de Bacabal, por conduzir um veículo Fiat/Siena, de cor branca, placa PIR-5958, Teresina-PI, com restrição de roubo. O carro foi roubado na noite de ontem (29), na cidade de Teresinha, Estado do Piauí. Os policiais militares do 15º Batalhão, do SI (Serviço de Inteligência), foram informados que o citado veículo passaria na cidade e montaram toda a estratégia para a abordagem.

Na Br - 316 nas imediações

do povoado Piratininga se depararam com o veículo suspeito. Bruno, ao perceber a presença dos policiais tentou empreender fuga, fazendo manobras radicais o que por pouco não acabou em acidente.

Ao ser detido foi constatado que o mesmo já responde processos na justiça pela mesma prática delituosa e que seguia para o Estado da Bahia, onde visitaria uma namorada.

Diante dos fatos, Bruno, foi preso e apresentado na distrital, onde ficará a disposição da Justiça. Com Bruno a PM encontrou uma touca ninja.



Bruno Fernandes de Araújo, 23 anos